



**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 427, DE 2017**

**TURNO SUPLEMENTAR**

**EMENDA ADITIVA**

Inclua-se, no art. 1º, a seguinte alteração ao inciso I, “b” do art. 2º da Lei nº 9.637, de 1998:

*“Art. 2º São requisitos específicos para que as entidades privadas referidas no artigo anterior habilitem-se à qualificação como organização social:*

*I - comprovar o registro de seu ato constitutivo, dispondo sobre:*

.....

*b) finalidade não econômica, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;*

.....”

**JUSTIFICAÇÃO**

O PLS 427/2017, na forma do Substitutivo aprovado em primeira votação por esta Comissão, não enfrentou o problema da atual redação do art. 1º da Lei nº 9.637, que não atende ao disposto no atual Código Civil, onde não mais se emprega a expressão “sem fins lucrativos”, mas “fins não econômicos”. Assim prevê o art. 53 do Código Civil:

*Art. 53. Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos.*

*Parágrafo único. Não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.*

Com efeito, ter fins “não econômicos” significa que o objetivo de uma entidade é de outra natureza, que não a econômica, como, por exemplo, social,





**SENADO FEDERAL**

**Gabinete do Senador JOSÉ PIMENTEL**

ambiental, cultural etc. A atual redação do Código Civil decorre da própria distinção que hoje existe entre as associações, que são o tipo predominante empregado para a constituição de organizações sociais, e as demais sociedades.

Sala da Comissão,            de            de 2018

**Senador José Pimentel**

PT - CE



SF/18837.19322-00